

Universidade – o que é? A inconclusa saga por definições e concepções

University - what is it? A saga unfinished by definitions and conceptions

Ana Luiza Salgado Cunha
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB
Vitória da Conquista - Bahia
Universidade Estadual da Bahia - UNEB
Caetité - Bahia
Luciana Oliveira Correia
Glauber Barros Alves Costa
Universidade Estadual da Bahia - UNEB
Caetité- Bahia

Resumo

O presente artigo apresenta uma investigação sobre a história e o conceito de universidade. Utilizamos de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfica, utilizando livros de História da Educação e Universidade, para análise do objeto. Para discussão sobre a história da Universidade nos apropriamos de autores como Cunha (1980, 1981 e 1989), Romanelli (2002), Teixeira (1989) e para discutir a concepção de Universidade discutimos com Chauí (2003) e Santos (2008 e 2010). O objetivo da pesquisa foi compreender a trajetória e as diferentes concepções sobre Universidade na historiografia brasileira. Diante do que pesquisamos pudemos notar que a Universidade brasileira, como instituição, surge apenas a partir de 1920, ao mesmo tempo que entendemos que atualmente não se pode descontextualizar o conceito de universidade do seu tempo e território.

Palavras – chave: Educação; História da Educação; Universidade.

Abstract

The present article presents an investigation about the history and the concept of university. We used a qualitative research of documental analysis with a bibliographic character, using books of History of Education and University, to analyze the object. In order to discuss the history of the University, we have used authors such as Cunha (1980, 1981 and 1989), Romanelli (2002), Teixeira (1989) and to discuss the conception of the University we discussed with Chauí (2003) and Santos (2008 and 2010). The objective of the research was to understand the trajectory and the different conceptions about University in Brazilian historiography. In light of what we have researched, we could note that the Brazilian University, as a concept of an institution, only emerges from 1920, while at the same time we understand that the concept of university of its time and territory can not be decontextualized.

Keywords: Education; History of Education; University.

Introdução

A ideia desse artigo é propor uma análise sobre o conceito de Universidade. De que Universidade estamos falando? O que é Universidade? Essas questões sempre permeiam o meio acadêmico e se apresenta por diversas vezes como um tema que não se esgota. Sendo sempre necessária a discussão e compreensão dessa categoria para se entender o papel da própria universidade bem como da pesquisa científica no meio acadêmico.

Discutir Universidade suscita pensar primeiramente sobre qual Universidade se está falando? Conseqüentemente, é preciso dizer também sobre quais não estamos falando. Assim, de antemão já digo que neste texto falamos da Universidade enquanto Instituição social, ainda que constantemente ameaçada por elementos que a enxergam, planejam e a preparam como Organização social.

Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma prática social determinada de acordo com sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas as ideias de reconhecimento interno e externo, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas ideias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcanças o objetivo partícular que a define. Por ser uma administração, é regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controlo e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu o lugar no interior da luta de classes, por isso, que para instituição universitária é crucial, é, para organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) porque, para que e onde existe (CHAUI, 2003, p.6).

Uma Instituição é a que aspira a Universidade e tem a sociedade como seu princípio e referência normativa e valorativa. Já a Organização procura a eficácia e a eficiência por sua particularidade, tendo apenas a si mesma como referência. Enquanto organização, a Universidade é transformada em operacional, regida por contratos e produtividade, alheia a produção de conhecimento e a formação. Cercada de uma ode à transmissão de conhecimentos, a universidade vem perdendo sua marca maior: a formação, enquanto a pesquisa vai seguindo o padrão da organização, recortando e fragmentando o conhecimento e a realidade em nome de uma desenfreada eficiência.

A instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universidade (imaginaria ou desejável) que lhe permita responder às contradições, impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende

gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos polos da divisão social e seu alvo não é responder às contradições, e sim vencer a competição com sus supostos iguais (CHAUI, 2003, p.6).

Para nós a Universidade é uma instituição social, política e cultural e como tal posiciona-se criticamente como parte do tecido social. O que se percebe é uma tensão, um conflito de interesses, entre a universidade, enquanto lugar do neoliberalismo, na qual se privilegia a pesquisa e se formam recursos humanos para atender ao mercado de trabalho, e a universidade emancipadora, espaço de múltiplos pensamentos e formações, espaço de mudança (TUTTMAN, 2005). Porém, vive hoje uma tensão entre o sentido original, atribuído pela comunidade e o caráter elitista imposto por uma lógica unilateral.

Incoerentes seríamos se tentássemos tratar a universidade afastada da sociedade, sendo a primeira componente da organização da segunda. À medida que compreendemos a universidade como instituição social fica evidente que ela sempre esteve comprometida socialmente com alguém. Não é possível tratar dicotomicamente universidade e sociedade, sendo componentes uma da outra. Surge, então, a Extensão Universitária como alternativa função primeira na tentativa de efetivar relações sociais da universidade com o meio no qual está encontra inserida (SOUSA, 2010).

Os caminhos deste texto seguirão então para uma breve contextualização histórica das universidades no mundo, ocidental, passando por três regiões geográficas centrais para este estudo: Europa, América do Norte e América Latina. Caminharemos ao dar destaque a Universidade brasileira, paralelamente a um contexto de crises e tensionamentos severos, buscando compreender que (quais) Universidade (s) que hoje temos e qual (quais) universidade (s) de fato queremos. Finalizando com nossa tentativa de conceituar Universidade.

Universidade brasileira – origem, processo e multiplicidade

De acordo com Fagundes (1985, p.09) entendemos que “o estudo da universidade concreta não pode deixar, de modo algum, de levar em consideração as relações múltiplas e recíprocas entre universidade e sociedade”. Ocidentalmente nascida na Europa¹ a Universidade surgiu na Idade Média pelos anseios de uma sociedade elitista preocupada com a formação de pensadores. Surgiram sob a forma de corporações que defendiam os

Universidade – o que é? A inconclusa saga por definições e concepções

interesses de uma determinada categoria, voltadas especificamente às atividades de ensino, assim como foi, também, prioridade no período medieval. Cabe destaque à Universidade Francesa, formada por um conglomerado de escolas superiores isoladas que, preocupadas com o ensino especializado para cada profissão, promoveu trabalhos de ensino e pesquisa fora de sua sede, sem compromisso social com a comunidade, apenas com o Estado, moldes seguidos pelo Brasil na criação de seu modelo de universidade.

Sacudidas pelo advento da Revolução Industrial, século XVIII, as universidades, na busca por formas de responder às demandas sociais modernas, foram reformadas e outras criadas, visando atender a um mundo novo, no qual as relações de mercado se faziam prioritárias (FAGUNDES, 1985). A função do saber nesse período vem da necessidade da formação de profissionais que atendam à situação vigente, formando mão de obra capaz de suprir as novas necessidades do mercado.

Com o surgimento do Estado Moderno as universidades se viram obrigadas a rever sua postura, buscando a criação de uma universidade diferente, cujas mudanças foram embasadas na concepção filosófica alemã de Humboldt, diplomata e ministro da educação da Alemanha, o qual buscou um novo modelo de universidade atrelado ao Estado. A investigação científica e o preparo para a vida profissional tornaram-se os objetivos de uma universidade para atender às demandas modernas (GOERGEN, 1979).

Anos mais tarde, no final do século XIX, nos Estados Unidos da América (EUA), a Universidade surgiu com uma proposta diferente da do modelo europeu, dividida num conjunto de modalidades de saber objetivando formar quadros para o desenvolvimento nacional. Já na América Latina, a Universidade nascida de movimentos de luta e resistência, muito inspirada pelo modelo conservador francês, visando à solidificação da ordem vigente, sem grandes propósitos de transformação. Em contrapartida é lançado por estudantes argentinos, em 1918, o Manifesto de Córdobaⁱⁱ, que representa a inserção dos estudantes no debate das funções e papel da universidade.

Mesmo que as universidades latino-americanas tenham se constituído nos moldes da universidade francesa, mantiveram-se ideologicamente longe desses: enquanto na França a universidade era vista como instrumento de transformação social, na América Latina seu modelo foi distorcido, dando-lhe a função de legitimar e reproduzir a ordem vigente

(TUTTMAN, 2004). De acordo com Ribeiro (2002) a Universidade na América Latina foi constituída como lócus privilegiado de disputas hegemônicas entre os diferentes grupos sociais, desenvolvendo-se seguindo diferentes momentos do processo de desenvolvimento capitalista. Em seu processo de constituição a universidade passou a legitimar a ordem vigente em detrimento aos ideais transformadores.

Tão tardiamente deixou de ser colônia, tardio foi o surgimento da universidade no Brasil. Embora movimentos da sociedade já sinalizavam esta vontade, a metrópole detinha o controle sobre o saber superior através do intercâmbio de estudos em Portugal, mantendo no Brasil apenas escolas jesuítas e academias militares. Somente com a proclamação da República é que passou-se a organizar a Universidade brasileira, sob três influências centrais, e distintas: França, Alemanha e EUA.

No Brasil colonial não existiu Universidade, ao contrário das colônias espanholas que tiveram universidades, a colônia portuguesa foi proibida de ter Universidades, pois Portugal temia que esses estudos pudessem contribuir com os movimentos de independência. Dessa forma, existiam no Brasil cursos superiores eclesiásticos, eram geralmente cursos superiores de Filosofia e Teologia oferecidos pelos jesuítas. Nesse sentido, Lopes (2000) afirma que,

[...] da Colônia à República, houve grande resistência à ideia de criação de universidades no país; mais de duas dezenas de propostas e projetos foram apresentados e não lograram êxito. A resistência às tentativas de fundação de universidades no Brasil proveio da coroa de Portugal à época do Brasil - Colônia e de brasileiros que pensavam que as elites deveriam ir para a Europa, a fim de educar-se e lá realizar seus estudos superiores. A universidade de Coimbra era a preferida (LOPES, 2000, p. 9).

Nesse período o que era proposta como ensino superior na colônia, atendia às expectativas da elite local que não tinha condições de enviar seus filhos para Coimbra. Assim o ensino era basicamente e quase que exclusivamente eclesiástico. Segundo Azevedo (1996, p. 546) o ensino tradicional foi transferido para gerações posteriores de padres seculares, frades, franciscanos e carmelitas, seus naturais continuadores, como porções mais letradas da sociedade colonial.

A primeira parte da História da Educação Brasileira não registra qualquer preocupação voltada às Universidades. Nessa época a relação dos cursos de ensino superior com a sociedade acontecia somente pela preparação de profissionais, como mão-de-obra. O

ensino superior brasileiro, nesta época foi implantado como instrumento de controle do poder político vigente com o objetivo fundamental de condicionar a educação brasileira aos moldes econômicos e sociais vindos da metrópole. (ROMANELLI, 2002).

Um marco histórico para a institucionalização dos cursos superiores no país é a chegada da Família Real Portuguesa. Ao chegarem no país eles liberam a realização de cursos superiores que já não eram mais eclesiásticos, e depois ao aportarem no Rio de Janeiro, a partir de 1808, fica claro que o ensino superior passou a existir em instituições formais, inicialmente oferecendo cursos de Cirurgia e Anatomia (mediante cátedras localizadas respectivamente em Salvador e no Rio de Janeiro, criadas em 1808). Posteriormente, foram criados o curso de Engenharia (por meio da Academia Real Militar também situada no Rio, criada em 1810), o curso de Agricultura em 1814 e a Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura em 1816. (CUNHA, 1980).

Portanto não se pode desconsiderar nessa discussão o marco que foi a chegada da Família Real na promoção das primeiras instituições de ensino superior no Brasil, mesmo que tenham tido um papel de atender ao Império tanto no que tange a administração na colônia, quanto na defesa do território. Apesar desse papel emergencial de construção dessas instituições no Brasil, é a partir delas que o Ensino Superior ganha força no Brasil. (COSTA ; OLIVEIRA, 2009, p. 1184)

A segunda parte da História da Educação Brasileira, trata-se de uma política educacional autoritária, também originária dos anos 20, iniciada no Governo Arthur Bernardes. Em sua face autoritária a política educacional se vê marcada por um autoritarismo peculiar no ensino superior, regido pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, elaborado em 1931 por Francisco Campos, então Ministro da Educação e Saúde Pública, através do Decreto-Lei 19.851, que vigorou por 30 anos. Neste, adotou-se um modelo universitário para o ensino superior, bem como criou-se o Conselho Nacional de Educação (CNE). Segundo Romanelli (2002), os objetivos fundamentais das mudanças propostas pelo estatuto eram: a elevação do nível cultural e geral; estímulo a investigação científica; habilitação ao exercício de atividades que demandem preparo técnico e científico superior e; promover uma educação do indivíduo e da comunidade em busca pelo aperfeiçoamento de toda sociedade.

De forma organizada, o movimento estudantil se efetivou em 1938, no auge do autoritarismo, com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), durante o “II

Congresso Nacional dos Estudantes”, no Rio de Janeiro, como uma organização corporativa, criada em resposta à necessidade de estruturação do movimento estudantil, o que representou uma tomada de consciência dos estudantes, a nível nacional, marcada pelo envolvimento dos mesmos em diversos cenários da vida política e social do país. (CUNHA, 2010). Neste congresso foi criado e aprovado um Plano de Sugestões para a Reforma Educacional Brasileira com reivindicações acerca da modernização do ensino, bem como reivindicações de cunho político. Este plano apresentado, e distorcido pelo governo, tornou-se mais tarde a Lei 5540/69 (TUTTMAN, 2004).

Na mesma época, Fernando de Azevedo, educador, principal introdutor das concepções de Durkheim no Brasil e principal difusor do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, teceu críticas contundentes a situação do ensino superior brasileiro nos anos 20, destacando o papel das instituições de ensino superior como transmissoras imediatistas do conhecimento (ROMANELLI, 2002). Merece destaque o fato de ter sido Fernando de Azevedo quem liderou o processo de criação da Universidade de São Paulo (USP), depositando na instituição seus ideais de liberalismo elitista. Dependente financeiramente do governo estadual, a USP se tornou, para alguns, um marco do que viria a ser a universidade moderna no Brasil (CUNHA, 1980).

Há uma polêmica no Brasil sobre qual foi de fato a primeira universidade a ser criada, segundo os documentos oficiais a primeira universidade brasileira criada legalmente pelo Governo Federal e que vai ostentar uma existência duradoura é a Universidade do Rio de Janeiro instituída em 1920. Para criação dessa universidade houve a incorporação das faculdades isoladas já existiam, uniram-se as faculdades de Medicina, Engenharia e Direito. Assim,

Somente em 1920, a República dá o nome de universidade às escolas profissionais superiores que havia no Rio de Janeiro. O Brasil conservava a posição de defender uma educação superior de tipo utilitário e restrito às profissões, esquecendo-se de sua função de formadora de cultura nacional e da cultura científica chamada pura ou “desinteressada” (TEIXEIRA, 1989, p. 84-85).

Na sequência, em 1935, sob a direção do liberal Anísio Teixeira, educador baiano e defensor da escola pública como raiz da democracia, foi inaugurada a Universidade do Distrito Federal (UDF), composta por institutos de educação, ciências, economia e direito,

Universidade – o que é? A inconclusa saga por definições e concepções

filosofia e letras e artes, como o objetivo de que a universidade desempenhasse as funções técnicas e políticas. Porém, de acordo com Cunha (1980), as resistências burocráticas foram constantes, sob o argumento de que a mesma não se adequava ao Estatuto das Universidades Brasileiras. Com o golpe do Estado Novo, a UDF foi abortada. Com a morte de Vargas em 1954, numa articulação política assume Juscelino Kubitschek iniciando abertura do Brasil aos estrangeiros, na busca pela intensificação da acumulação de capital, adentrando num processo crítico de aumento da inflação. A industrialização desenfreada tem consequências evidentes no campo educacional. A UNE, antes contrária, alia-se ao governo e assim permanece até 1956, quando assume novamente suas ações num movimento de recuperação política onde se apresenta mais politizada e ativa na vida nacional (CUNHA, 1989).

Segundo Ribeiro (2002), foi no pós-guerra que se viu uma real expansão no ensino superior brasileiro, que passava por um processo de modernização inspirado nos moldes norte-americanos. A criação da Universidade de Brasília (UnB), um projeto de Darcy Ribeiro, em 1961, foi o grande marco dessa modernização, caracterizada como reflexo do modelo nacional – desenvolvimentista – se tornou referência para muitas outras universidades em se tratando de suas reformulações. A UnB iniciou suas atividades como a universidade mais moderna do Brasil (CUNHA, 2010).

Entre os anos de 1946 e 1964 o ensino superior se viu cercado por movimentos de expansão e integração, num momento em que se intensificavam as demandas pelo ensino superior, juntamente com a elevação dos pré-requisitos de níveis educacionais para o mercado de trabalho. O que gerou uma das maiores causas da luta estudantil à época foi o problema dos “excedentes” – estudantes aprovados e sem vagas nos institutos de ensino superior. Assim, uma das principais ações nesse período foi a aglutinação de escolas isoladas que já se somavam em 39 universidades, em 1964 (CUNHA, 1989).

Com o golpe militar de 1964, o Estado acabou com o modelo nacional-desenvolvimentista e assumiu o papel de reformulador das universidades brasileiras. Com o intento de organizar a sociedade a uma nova ideologia, o Governo Militar inicia um programa completo de reformulação das instituições (econômicas, políticas e educacionais), medidas estas de influência direta na organização das universidades. As mudanças provocadas pelo novo regime político geraram um crescimento expressivo da população

urbana e do industrialismo, bem como o aumento da camada média da população, elevando os requisitos educacionais para atender ao mercado de trabalho e fazendo com que as demandas pelo ensino superior crescessem significativamente. Com mais alunos e menos recursos o ensino superior brasileiro se viu saturado e em um processo de precarização e aumento do número de excedentes.

O momento de abertura política rumo à democratização, já nos anos 80, ocorreu muito favorável às universidades, em decorrência do processo de esgotamento do regime autoritário, deixando estas como protagonistas ativas e beneficiárias dos movimentos em prol da redemocratização do Brasil. Os estudantes recuperavam seu espaço no cenário nacional, os professores e funcionários criavam suas entidades sindicais com atuação política e os programas de pós-graduação, seguindo os modelos norte-americanos, atingiram altos níveis de qualidade, no que concerne ao ensino e a pesquisa, tornando-se o motor da universidade brasileira rumo à modernização (CUNHA, 2010).

Ao fim da década de 70 a universidade começa a tomar novos rumos, direcionada à formação para o mercado de trabalho e passa a ser definida não mais como instrução, e sim como organização. Os embates educacionais foram transferidos para o Congresso Nacional, onde se aprovou a nova constituição que trazia em seu artigo 207, o estabelecimento de uma autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial para as universidades federais, bem como o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (RIBEIRO, 2002).

A partir dos anos 80 ocorre o crescimento evidente da sociedade civil, momento em que a discussão sobre a universidade brasileira e a sua relação com a sociedade ganha espaço no cenário nacional. A universidade começa a se situar com maior proximidade aos anseios sociais e, nesse contexto, realiza uma reformulação no conceito de Extensão Universitária, que passou a ser buscada além de sua concepção tradicional de prestação de serviços. O compromisso social passou a ser o eixo norteador, elevando a Extensão ao papel de articuladora do ensino e da pesquisa em benefício da transformação social.

Em termos do ensino superior, o Governo Lula, em seu início, através de um Decreto-Lei, promulgado em outubro de 2003, constituiu um Grupo Interministerial objetivando analisar a situação da educação superior brasileira. O resultado foi alarmante, evidenciando urgência na adoção de políticas de expansão, definidas pelo Plano Nacional de Educação,

que realizassem uma reforma profunda nas universidades do Brasil, a qual foi dividida em quatro grandes categorias: formação e ampliação docente, educação a distância, autonomia universitária e financiamento.

A primeira fase do Governo Lula (2002 a 2006), apresentou uma profusão de propostas variadas quanto ao ensino superior, acabando por manter a direção da educação à um conceito mercadológico. A segunda, de 2006 a 2010, reforçou o processo de mudanças no ensino superior, no qual foram formulados projetos de grande evidência, como o REUNI e a Universidade Aberta.

Em 2011, ao assumir como presidenta, Dilma Rousseff, a primeira mulher a ocupar o cargo político mais alto no Brasil, iniciou seu governo dando continuidade às propostas de Lula para o Ensino Superior, principalmente no que se refere ao Reuni, reafirmando também a permanência da política e expansão da educação superior pública brasileira, priorizando o oferecimento do ensino superior público, com foco no interior do país, e ampliando oportunidades de empregabilidade e diminuição das desigualdades sociais. No primeiro mandato de Dilma, 2011 a 2014, o que verificamos é, pois, a continuidade do processo de expansão do Ensino Superior Lula (FERREIRA, 2015).

Num contexto de crise financeira e política, e numa das eleições mais disputadas no Brasil, Dilma Rousseff foi reeleita em 2014 com 51,64%, contra os 48,36% de Aécio Neves, seu opositor direto. Com dificuldades para governar, mediante as já citadas crises, financeira e política, ao ser reeleita Dilma passou ainda a enfrentar disputas diretas com seus opositores e derrotas sucessivas na Câmara e no Senado, até que em 31 de agosto de 2016 Dilma sofre o derradeiro, e duvidoso, final do processo de *impeachment*ⁱⁱⁱ, para nós um golpe^{iv} parlamentar, ao qual saiu derrotada e teve seu mandato de presidente da República cassado, assumindo em seu lugar Michel Temer (PMDB).

Enquanto as políticas para educação superior de Lula e Dilma carregavam em si o tom da busca pela equidade social articulada ao desenvolvimento econômico brasileiro, o pouco tempo de governo Temer já nos mostra que as perspectivas serão outras, com sucessivos e massivos cortes de gastos na Educação, é bem possível que o retrocesso seja uma realidade nos próximos anos. Assim, fica claro o quanto a proposta política de sociedade influencia diretamente em nossas Universidades.

Das universidades que temos a universidade que queremos

A história do ensino superior brasileiro, sobretudo sobre a Universidade no Brasil, mostra um quadro múltiplo, cheio de tensões e contradições, que cria o que temos hoje: um modelo universitário muitas vezes descontextualizado e desvinculado, palco de disputas ideológicas, epistemológicas e de projetos de nação. A multiplicidade de interesses tensionados por convergências e divergências sobre o conceito e as funções da Universidade a tornam plural e objeto de constantes dilemas e debates. Polissemas são dadas a ela através de polifonias e coexistem outras muitas Universidades, até dentro de uma só.

A perda de prioridade da Universidade pública é resultado de uma perda geral de prioridade de políticas sociais e educacionais no modelo neoliberal de economia. O desinvestimento do Estado e a globalização mercantil da educação “são os dois pilares de um vasto projeto global de política universitária destinado a mudar profundamente o modo como o bem público da universidade tem sido produzido, transformando-a num vasto campo de valorização do capitalismo educacional” (SANTOS, 2008, p.21). Ainda, pressionada por outras Instituições de Ensino Superior (IES) que se dizem ou se confundem, a Universidade encontra-se hoje num desassossegado período de crises, destacadas e nomeadas por Boaventura de Sousa Santos (2008) como crises da: hegemonia; institucional; e legitimidade.

A crise da Hegemonia é o resultado da contradição entre as tradicionais funções da universidade e as que lhe vem sendo atribuídas ao longo dos anos. A tradição envolve a alta cultura e a formação de elites, enquanto as novidades envolvem padrões médios de cultura e conhecimento úteis e instrumentais, mas também envolve pensamentos alternativos de mundo. Incapaz de lidar com tamanhas contradições de suas funções a Universidade não é mais a única instituição de nível superior e entra em crise hegemônica, devido a crescente descaracterização da Universidade. “Há uma crise de hegemonia sempre uma dada condição social deixa de ser considerada necessária, única e exclusiva” (SANTOS, 2001, p.165). Nela há uma contradição entre os conhecimentos exemplares e os conhecimentos funcionais, estando em jogo a exclusividade dos conhecimentos que a universidade produz e transmite.

Universidade – o que é? A inconclusa saga por definições e concepções

Envolvida na contradição entre a hierarquização de saberes especializados e as exigências sociais e políticas de democratização da Universidade, a mesma deixa de ser uma instituição consensual e entre em crise de Legitimidade, devido a crescente desvalorização da Universidade. “Há uma crise de legitimidade sempre que uma dada condição social deixa de ser consensualmente aceite” (SANTOS, 2001, p.166). Nela há uma contradição entre a hierarquização e a democratização, estando em jogo o espectro social dos destinatários do conhecimento produzido.

Já a crise Institucional, é o resultado da contradição entre a reivindicação da autonomia universitária e a crescente pressão por submetê-la a critérios de eficácia e produtividade de natureza empresarial e social. É esta a crise mais frágil, por descaracterizar a ideia de autonomia quando a autonomia pedagógica esbarra na dependência financeira. O Estado passa a se desresponsabilizar – descapitalização da universidade pública - e converte a educação não mais em bem pública, mas em produto (SANTOS, 2008). “Há uma crise institucional sempre que uma dada condição social estável e auto-sustentada deixa de poder garantir os pressupostos que asseguram sua reprodução” (SANTOS, 2001,p.166). Nela há uma contradição entre a autonomia institucional e a produtividade social, estando em jogo a autonomia e a especificidade organizacional da instituição universitária.

Há hoje uma transformação na Universidade que é a ela eminentemente desestabilizadora, uma transformação política que liga a educação diretamente a um projeto nacional, que responsabiliza a Universidade pela formação dos quadros de sua concretização. Questionar a Universidade pública é questionar um importante elemento do projeto político de uma nação. O direito a educação se confunde quando de cidadania torna-se consumo, é isso que faz o capitalismo, transforma utilidades em mercadorias, e é contra isso que lutamos pela Universidade, defendemos a Universidade pública e, assim como Santos (2008), antes de tudo defendemos uma profunda transformação da universidade pública.

Por uma reforma da Universidade que seja criativa, democrática e emancipatória através de uma proposta de globalização contra-hegemônica que entenda a Universidade como bem público e democrático. Para tal reforma, Boaventura (2008) destaca alguns protagonistas principais, são: sociedade politicamente organizada, articulando universidade aos interesses sociais; a própria universidade pública e aqueles que dela fazem parte; e o

Estado nacional ao optar por uma globalização solidária. Através destes protagonistas, caberá o enfrentamento do novo, com o novo, a luta pela definição das crises bem como pela definição de Universidade.

A resistência tem de envolver a promoção de alternativas de pesquisa de formação, de extensão e de organização que apontem para a democratização do bem público universitária, ou seja, para o contributo específico da universidade na definição e solução coletiva dos problemas sociais, nacionais e globais (SANTOS, 2008, p.45).

A Universidade é duplamente desafiada, pelas exigências por parte da sociedade e pelas restrições políticas de financiamento por parte do Estado, e sempre pouco preparada devido a rigidez funcional e organizacional. Entendendo-a como lócus de cultivo de conhecimento e consciência na busca pela verdade, compreende que seus objetivos centrais são: investigação, ser centro de cultura e formação integral, investigação, Ensino e Prestação de Serviços. “A explosão das funções foi, afinal, o correlato da explosão da universidade, do aumento dramático da população estudantil e do corpo docente, da proliferação das universidades, da expansão do ensino e da investigação universitária a novas áreas do saber” (SANTOS, 2001, p.164).

A universidade deve dispor-se estrategicamente para compensar o inevitável declínio das suas funções materiais com o fortalecimento das suas funções simbólicas. Numa sociedade de classes, a universidade deve promover transgressões interclassistas. Numa sociedade à beira do desastre ecológico, a universidade deve desenvolver uma apurada consciência ecológica. Numa sociedade de festas e prazeres industrializados, a universidade deve pos-modernizar os saberes festivos da pre-modernidade (SANTOS, 2001, p.350).

A Universidade é uma instituição social e como tal exprime o modo de funcionamento da sociedade da qual faz parte, exprimindo também suas tensões e contradições. Ela vive em constante contradição entre um ideal democrático de igualdade e justiça e sua realidade social de divisão e luta de classes...por espelhar e ser espelhada pela sociedade que a cerca, “a universidade como instituição social diferenciada e autônoma só é possível em um Estado republicano e democrático” (CHAUI, 2003, p.6).

Essa relação interna ou expressiva entre a Universidade e a sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia

Universidade – o que é? A inconclusa saga por definições e concepções

perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela (CHAUI, 2003, p.5).

É equivocada a ideia de colocar a universidade e a sociedade numa relação de exterioridade, tratando a Universidade como entidade independente da sociedade. Ao contrário, por ser instituição social, a Universidade exprime a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo, tensionada por forças e interesses diversos e por vezes conflitantes que refletem as divisões e contradições sociais. Para nós, a universidade é uma instituição social, científica e educativa e sua missão é ser campo de reflexão crítica, de invenção e diálogo, comprometida ampla e profundamente com a construção e consolidação de uma sociedade justa e democrática. A Universidade que queremos é a que se ocupe em ser projeto de transformações rumo a justiça epistemológica, social e econômica. Uma universidade que nunca mais seja para (pois sendo para algo se é contra outra coisa) e seja sim COM.

É, a Universidade, espaço de criação e divulgação do conhecimento, desenvolvimento da ciência e formação profissional e intelectual, articuladora de ensino, pesquisa e extensão e relativamente autônoma enquanto instituição social. Para Wanderley (2003) a Universidade é superestrutura da Sociedade Civil que mantém vínculos com a Sociedade Política e com a estrutura econômica. Falamos pois, de uma função social da Universidade, mas não por voluntarismo ou benevolência, e sim por uma questão histórica e ética de compromisso com a sociedade da qual faz parte.

A Universidade não é – e ousa dizer que nunca foi – um lugar de busca desinteressada pelo saber, é sim centro de reprodução ou transformação social de acordo com a polifonia que a representa e a polissemia que reflete. Quando a Universidade trabalha a favor de que(m), certamente esta também trabalhando contra outros que(m). A visão aqui, ao tentar definir Universidade, é a de uma Instituição social comprometida com a democratização do conhecimento e da cultura, bem como do poder e do saber, ainda, uma Instituição que combata, através de suas funções, às injustiças e milite cotidianamente pela justiça social. Compreendemos assim, a Universidade pública, como um direito democrático a todas e todos de uma nação.

Considerações finais

A Universidade brasileira está relacionada intimamente com a História e Geografia do Brasil. O tempo e o espaço estão interligados na trajetória de como a Universidade se apropria dos territórios bem como, como na forma como o tempo vai moldando e interferindo em sua história quanto instituição.

A identidade da Universidade é constituída pela própria concepção que se tem do que o ensino superior no país e o espaço que esse ocupa nas políticas públicas e no cotidiano das pessoas.

A Universidade, para ter legitimidade e eficácia, tem que conhecer bem o lugar onde está implantada, pois são suas raízes que poderão orientar seu futuro democrático e dialógico de uma instituição comprometida com a democracia e com a justiça social (SANTOS, 2008. p.07).

Por muitas razões, certamente históricas, mas também ideológicas, o que vem dominando na esfera do conhecimento (e em todas as outras), é uma epistemologia que violenta, assola, coloniza e aprisiona, mantendo e criando relações desiguais entre saberes, povos, nações e seres humanos. Desta dominação, pautou-se uma Universidade que descredibilizou conhecimentos que não servem à dominação, invisibilizando-os, colonializando o poder através da colonização do saber. Entendemos a educação como direito de todos e por isso necessário se faz desfazer o equívoco entre democratizar e massificar, assim “a universidade pública deixará de ser um bolsão de exclusões sociais e culturais quando o acesso a ela estiver assegurado pela qualidade e pelo nível dos outros graus de ensino público” (CHAUI, 2003, p.13).

A Universidade que temos hoje é a que se encaminha para ser uma Universidade operacional, ou seja, uma Universidade que “não cria pensamentos, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas” (CHAUI, 2001, p.193). Já, o que entendemos como Universidade, e o que queremos, é uma Universidade crítica e reflexiva, inventiva e criadora. Compreensiva das totalidades e sínteses, sempre aberta às interrogações. Uma Universidade com foco na ação social e civilizatória que lute pelo fim da barbárie política e social.

A universidade que queremos e defendemos é a com a relevante missão de ser democrática e democratizante. Um dos caminhos para transformação e (re)consolidação da Universidade é que ela aprenda a trabalhar seus próprios conflitos e compreenda enfim o que tanto se recusa: a impossibilidade de separar conhecimento e poder. Porém, os tempos do poder e do saber são diferentes, enquanto o tempo do poder é urgente e imediato, o do saber é cauteloso e demorado. Submeter um ao tempo do outro é sempre complexo. Cremos, pois, que todo conhecimento é contextual, cultural e político e, com isso, que é papel fundamental da Universidade, enquanto Instituição social, criar democraticamente novos conhecimentos, socializar e dialogar de maneira também democrática, incentivar a participação de todos e todas na luta por justiça, justiça cognitiva, econômica e social.

Referências

AZEVEDO, Fernando de. As origens das instituições escolares. In: **A cultura brasileira**. Parte III – A transmissão da cultura. 6°. Ed. Brasília: Editora UNB, 1996. p. 545-601.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo. nº 24. p. 5-15. 2003.

COSTA, Glauber Barros Alves e OLIVEIRA, Nayara Alves de. **Um Estudo sobre o Ensino Superior no Brasil**. In: Anais do VIII Colóquio do Museu Pedagógico. Vitória da Conquista, 09 a 11 de Setembro de 2009.

CUNHA, L.A. **A Universidade Temporã: O ensino superior da colônia á era Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1980.

_____ **A Universidade Crítica: O ensino superior na república populista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1989.

_____ **A Universidade Reformanda: O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1988.

_____ **O Ensino Superior e a Universidade no Brasil. 500 anos de educação no Brasil**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GOERGEN, Pedro L. **A universidade, sua estrutura e função**. In: Educação e Sociedade. Revista quadrimestral de ciências da educação. Ano I, n.2. São Paulo: Cortez e Moraes. 1979.

LOPES, José Leite. Universidade no Brasil: um histórico e um alerta. In. FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade do Brasil: Das Origens à Construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/INEP, 2000.

RIBEIRO, M. das G. M. **Educação Superior brasileira: reforma e diversificação**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 27.ed.Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice, O social e o político na pós-modernidade**. 8ª. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade** In: SANTOS, Boaventura de Sousa. ALMEIDA FILHO, Naomar. *A Universidade no século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra: Almedina; 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. ALMEIDA FILHO, Naomar. **A Universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina; 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Introdução**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São. Paulo; Editora Cortez. 2010^a

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. Campinas, SP: Alínea, 2010.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TUTTMAN, M.T. **Compromisso social da universidade: olhares da extensão**. Rio de Janeiro, 2004.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade**. 9 ed. São Paulo. Brasiliense, 2003.

Notas

ⁱ Há estudos que apontam a Universidade de Al-Karaouine , Localizada em Fes, no Marrocos, como a Universidade mais antiga do mundo, fundada em 859 d.C. por Fatima al-Fihri, uma mulher pioneira e reconhecida por seus estudos em ciências naturais.

ⁱⁱ O Manifesto de Córdoba abriu espaço para a concepção de uma universidade mais crítica e comprometida com o desenvolvimento e a transformação social, introduzindo uma nova maneira de pensar a universidade, tornando-se referência para a extensão universitária na América Latina, num movimento diretamente comprometido com as mudanças sociais. Através desse movimento os estudantes mostraram-se engajados numa luta libertária e democrática. Segundo Brunner (1990), este movimento não só atingiu os ideários universitários como se ampliou num processo sócio-político-cultural.

ⁱⁱⁱ Impeachment é uma palavra de origem inglesa que significa "impedimento", significando cassar ou impugnar o mandato de um presidente, no caso presidenta se considerado que houve algum crime ou abuso de poder que viole ou atente à Constituição Federal.

^{iv} Consideramos golpe parlamentar tendo em vista que a presidenta Dilma Rouseff não cometeu crimes de responsabilidade fiscal. Todo processo contra ela ocorreu de forma misógina, machista, patriarcal e capitalista, com o intuito de retirar do poder um governo mais próximo das classes populares e que pouco, ou menos, cedeu a jogos políticos e trocas de favores.

Sobre os autores

Ana Luiza Salgado Cunha

Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, campus Vitória da Conquista. Pós-doutoranda (2020, em andamento) no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus VI. Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, na linha de Práticas Sociais e Processos Educativos. Kursou doutoramento sanduíche na Universidade de Coimbra, Portugal, (2017), no Centro de Estudos Sociais, orientada pela Professora Teresa Cunha, pesquisando temáticas com enfoque em Universidade e Educação Popular. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa(2013). Pedagoga (2011) pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: aninhaluizasalgado@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9244-130X>

Luciana Oliveira Correia

Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2001), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004), e doutorado em Educação pela Universidad de Alcalá de Henares (2017). Tem experiência na área de História com ênfase em Didática da História, Formação de professores de História, História da Educação. Professora do Curso de História da Universidade do Estado da Bahia, campus VI (Caetité) trabalhando com componentes curriculares dos eixos Estágio Supervisionado em História e Laboratório de Ensino de História. Orientadora e Professora do Curso de Pós-Graduação *Latu sensu* Práticas Docentes Interdisciplinares e Professora da Especialização em Educação e Diversidade Étnico- Racial, sendo tais atividades executadas na Universidade do Estado da Bahia, DCH-Campus VI. Foi coordenadora do subprojeto do programa de Iniciação à docência "O Cotidiano do Ensino médio e a formação inicial do professor de História: vivenciando as dinâmicas do ensino de História espaço-tempo escolar? entre os anos de 2011 e 2013). Também foi Docente orientadora do Subprojeto "A formação inicial do professor de história e sua atuação na escola básica: o ofício do historiador na docência" do Programa Residência Pedagógica entre os anos de 2018 e 2020.
E-mail: lcorreia@uneb.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6691-6087>

Glauber Barros Alves Costa

Doutor em Educação (UFSCAR - 2019) em que pesquisou a formação docente e as políticas públicas com doutorado sanduíche na Universidade de Lisboa em Portugal (ULISBOA - 2017). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS -2011). Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB-2004) e licenciado em Pedagogia pela Claretiano (Claretiano - 2018). É especialista em Ecoturismo pela Universidade Federal de Lavras (UFLA - 2007). Vencedor do prêmio "Melhores práticas do Ensino de Geografia do Brasil" da AFS e Embaixada Turca. Criador de vários projetos educacionais, já tendo lecionado na UESB, na UFS, na UFSCAR como professor nos cursos de Geografia e Pedagogia, lecionou também no Instituto Federal da Bahia (IFBA) campus VCA, lecionou na Educação Básica de Vitoria da Conquista, atualmente é professor assistente da UNEB Campus VI. Autor de livros sobre o ensino de Geografia. Desenvolve pesquisas nas áreas de Educação e Geografia, Políticas públicas educacionais e ensino de Geografia, formação do professor de Geografia, livro didático, história do Ensino de Geografia,

Educação Geográfica, Gênero e demandas sociais (EA, EI, EC). Líder do GEPEGEO, Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Ensino de Geografia do DCH campus VI - UNEB. Professor coordenador e orientador do programa de Mestrado em Ensino da UNEB campus VI. E-mail: glauberbarros@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4368-2964>

Recebido em: 29/08/2020

Aceito para publicação em: 20/10/2020